

COMPOS 2004 GT “Mídia e Recepção”

Coordenadora: Itania Maria Mota Gomes/ UFBA --

Vice-coordenadora: Nilda Jacks/ UFRGS

Título: Diante do “real” midiático: contribuições de Zizek, Arendt e Sontag aos estudos de recepção

Autora: Rosa Maria Bueno Fischer

Vinculação institucional: Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEDU, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Resumo:

Neste trabalho, discuto a contribuição de autores como Hannah Arendt, Slavoj Zizek e Susan Sontag para o debate teórico em estudos de mídia e recepção, relativamente aos conceitos de ação política, agir humano, expressão de coletividades e singularidades, relação com o “real”. Apresento brevemente uma mostra de resultados parciais de pesquisa em curso, a respeito das relações de grupos de jovens com produtos televisivos, dentro da perspectiva de articular a *análise do discurso* dos textos midiáticos, os *modos e exercícios de ver* de diferentes públicos, e a preocupação básica descrever um pouco da *história do presente*, atenta àquilo que hoje se faz urgente pensar, conforme os autores escolhidos sugerem.

DIANTE DO “REAL” MIDIÁTICO: CONTRIBUIÇÕES DE ZIZEK, ARENDT E SONTAG AOS ESTUDOS DE RECEPÇÃO

Neste trabalho, discuto a contribuição de autores como Hannah Arendt, Slavoj Žižek e Susan Sontag para os estudos de mídia e recepção, articulada a uma breve mostra de resultados parciais de uma pesquisa em curso, a respeito das relações de grupos de jovens com produtos televisivos. Considero aqui a importância da articulação entre três dimensões principais que, a meu ver, permitem dar conta, pelo menos em parte, da complexidade dos processos comunicacionais: uma *análise do discurso* dos textos midiáticos que não perca de vista aquilo que diz respeito aos *modos e exercícios de ver* de diferentes públicos, e que tenha como preocupação básica descrever um pouco da *história do presente*, atenta àquilo que hoje se faz urgente pensar.

A prática da pesquisa aqui discutida tem mostrado que a abertura a várias possibilidades de estudos de recepção se configura como uma proposta de trabalho bastante produtiva, no sentido de oferecer a educadores e alunos, de Ensino Médio e Fundamental, sugestão de estratégias para o enfrentamento de uma série de questões que circulam na sociedade, mas que são postas pelos meios de comunicação de um modo muito específico – como é o caso das verdadeiras aulas de sexualidade ou de regras de convivência entre homens e mulheres, em programas destinados ao público adolescente, ou nos *reality shows*, pelos quais os jovens têm demonstrado particular interesse.

Como bem situa Guillermo Orozco, no livro *Televisión, audiências y educación*, a interlocução, o reconhecimento de si, a percepção dos outros e de si mesmo são ações nas quais a televisão e os demais meios tornam-se hoje os principais referentes para os diversos grupos e sujeitos sociais e talvez sejam de fato seus veículos mais expressivos, “embora os reducionismos, estereótipos e trivialidades que construam e reproduzam desses sujeitos, de seus devires e realidades” (Orozco, 2001, p. 21, trad. minha). Exatamente nessa perspectiva ampla de compreensão dos artefatos da mídia e de sua relação com os diferentes públicos, é que temos ensaiado uma primeira análise dos dados da pesquisa aqui referida.

Sontag, Arendt e Žižek: inspirações

Orientam este trabalho, com destaque, as reflexões de Susan Sontag (2003) e sua inquietante pergunta sobre as imagens da mídia: afinal, com o que nos importamos, quando estamos diante de catástrofes, pobreza, miséria, guerra e fome, expostas pelos meios de comunicação? O que sucede a nós, que clamamos por “realidade da imagem”, que não nos cansamos de ver, à exaustão, as duas torres gêmeas serem atacadas? O que

acontece a nós, que desejamos ver, ver, ver? Como escreve Sontag, hoje, a brutalidade física tornou-se bem mais uma fonte de entretenimento do que propriamente motivo para choque, de modo especial para uma criança ou um adolescente de variados meios sociais; e o sentimento intenso e contínuo de que, afinal, não há nada a fazer diante do horror e das injustiças e tragédias parece provocar – mais do que a quantidade interminável de imagens de violência e destruição – uma certa passividade, um misto de solidariedade com os que sofrem e de não-cumplicidade com aquilo que produz o sofrimento. “Nossa solidariedade proclama nossa inocência, assim como proclama nossa impotência” (Sontag, 2003, p. 86).

Que tem a ver Sontag com os estudos de recepção? Argumento que a ensaísta oferece argumentos sólidos para uma proposta de análise que não perca de vista a íntima relação existente entre o artefato produzido, suas condições de produção e de veiculação, e as múltiplas e surpreendentes formas de recepção – análise que é conduzida por um genuíno desejo de mergulhar nas dores (e nas belezas também, por certo) de nosso tempo, para poder pensá-las, questioná-las, posicionar-se diante delas, imaginar outras possibilidades para faltas e excessos nelas presentes. Sontag não perdoa: sua experiência ao vivo em campos de guerra em Sarajevo produziu-lhe uma crítica aguda sobre os modos como nos relacionamos com a dor dos outros, através das imagens produzidas e veiculadas pela mídia, tendo como objeto a guerra, o sacrifício, o desastre, a morte.

Essa mesma autora mostra o quanto é preciso fugir às generalizações sobre a chamada sociedade do espetáculo, sugerir que somos todos espectadores e que, afinal, a tal realidade não existe. Nem todos ficam embotados diante das imagens de guerra e violência, afirma Sontag; nem todos são sujeitos de uma realidade virtual; nem todos, que sofrem a dor desdenham que se mostre a imagem do sofrimento. Para estes, interessa, sobretudo, que “*seu* sofrimento seja visto como algo *único*” (Sontag, 2003, p. 93, grifos meus). A lógica da mídia televisiva, de transformar tudo em pasta, em massa informe, em fatos, sentimentos e pessoas que se equivalem, a meu ver, precisa ser desmanchada, exposta, mostrada em sua negação das diferenças, das singularidades. E esse é um objetivo que talvez possamos atingir em nossas análises do discurso da mídia, em nossos estudos de recepção: fazer que neles apareçam as singularidades, certamente vinculadas a uma discussão específica de sintomas de nosso tempo, que urge serem tratados, debatidos. O desabamento de um casebre, nas chuvas de verão no sudeste brasileiro, entre tantos exemplos possíveis, a partir de um ponto de vista como esse, merece mais do que a repetição, pela enésima vez, da mesma reportagem,

sempre idêntica, como se sempre estivesse sendo realizada de modo automático por cinegrafistas, editores, repórteres, locutores (na realidade, talvez a emissora até pudesse reprisar matérias de anos anteriores, que o público não perceberia qualquer diferença, a não ser os concretamente envolvidos no fato). As imagens do desabamento do casebre merecem não só outro tratamento pelos produtores, como – e é o que interessa aqui discutir – merecem tornar-se material empírico de nossas pesquisas, material didático das aulas de telejornalismo, ponto de partida para debates com grupos de recepção.

Nem o martírio de Sarajevo, nem a destruição de Bagdá, nem o desabamento do casebre nas encostas da serra fluminense podem ficar para nós como mais um mero exemplo: cada dor é única, cada violência é singular. No último capítulo desse belíssimo e pungente livro, Susan Sontag comenta uma enorme foto de Jeff Wall, feita em 1992, cujo título é “Conversa de soldados mortos (Visão após uma emboscada contra uma patrulha do Exército Vermelho perto de Moqor, no Afeganistão, no inverno de 1986)”. O fotógrafo inventou a emboscada, investiu-se do papel de imaginar o que seria o horror de uma guerra que efetivamente existiu. São imagens de treze soldados russos, mortos, dispostos num cenário de entulho de guerra: seus corpos, seus olhos sem vida, a disposição de seus rostos, pernas e braços não aterrorizam nem pedem protestos ou indignação. Eles simplesmente nos olham:

“Esses mortos se mostram completamente desinteressados pelos vivos; por aqueles que tiraram suas vidas; por testemunhas – e por nós. ‘Nós’ – esse ‘nós’ é qualquer um que nunca passou por nada parecido com o que eles sofreram – não compreendemos. Nós não percebemos. Não podemos, na verdade, imaginar como é isso. Não podemos imaginar como é pavorosa, como é aterradora a guerra; e como ela se torna normal. Não podemos compreender, não podemos imaginar” (idem, p. 104).

Mais uma vez posso ser interrogada: por que Susan Sontag e a dor dos outros aterrissam neste texto sobre análise da mídia e estudos de recepção? É que a autora nos oferece um mote precioso para voltar a pensar o seguinte, algo já tantas vezes referido em estudos de recepção: ir atrás de sujeitos a serem pesquisados, dispor-se a escutar grupos, sobre o que vêem na mídia, não significa encontrar finalmente a verdade, ou o que está por trás das imagens que alguém consome. Muito menos significa encontrar, finalmente, aquilo que desejamos encontrar, que já temos na manga como os possíveis enunciados do que almejamos escutar, e que confirmará regamente nosso construto teórico. A autora aponta para a total impossibilidade de compreender e de imaginar por completo o que se passa na tela da TV, nos olhos que nos olham, nas emoções que nos são

narradas; e, por tabela, aponta também para a impossibilidade real de compreender e imaginar por completo o que se passa nos ditos e nos gestos daqueles a quem nos dirigimos, para pedir que falem, que olhem, que se manifestem.

Penso que tal constatação, aparentemente imobilizadora e paralisante, é pelo contrário muitíssimo rica e produtiva para as investigações aqui tratadas. Abre um espaço para o imponderável, para a imprevisibilidade da ação humana, como quer Hannah Arendt. Como Susan Sontag, também ela tem como ponto de partida o horror da guerra, da destruição do outro, no caso, o nazismo, e aqui para formular um novo conceito de política – política como acontecimento, como ruptura do totalitário, do automático, do plenamente previsível. É dela a idéia de que a ação política se estende às mínimas e múltiplas práticas humanas, aos inúmeros espaços públicos, que podem e devem ser criados e redefinidos permanentemente. Foi exatamente a partir da atividade de jornalista – cobrindo o conhecido julgamento de Eichmann, para a revista *New Yorker*, em 1963 – que Hannah explicitou com mais veemência as contundentes reflexões que já vinha fazendo há longo tempo, sobre o que chamou de “banalidade do mal”¹.

Sem entrar em toda a polêmica que esses artigos provocaram na época (e ainda hoje), interessa aqui o vínculo estabelecido entre totalitarismo e erradicação do pensamento no ser humano – amor ao clichê, perda da espontaneidade, da liberdade, da aptidão para pensar por si mesmo, fixação e aprisionamento à palavra e à ordem externas, citação interminável da palavra do outro, impossibilidade quase plena de experimentar qualquer coisa que se aproxime de autenticidade ou de saudável desobediência à ordem estabelecida. Ora, já nos idos dos anos 50, a filósofa (e jornalista) escrevia – como o fez em *A condição humana* (2000), que o terror dos regimes totalitários era responsável por aniquilar a individualidade humana, a espontaneidade dos sujeitos individuais e dos grupos, numa espécie de coletivo que mata a pluralidade; mais do que isso, um coletivo que mata as diferenças, dissolvendo-as numa imensa massa informe – característica também, concordemos, da chamada sociedade de massas.

Certamente os tempos são outros, e a atitude apocalíptica a que poderíamos ser conduzidos, partindo da radicalidade dos totalitarismos sem examinar os vários elementos em jogo, tenderia a nos cegar a outras possibilidades de análise. Não se trata disso, nem em Susan Sontag, nem

¹ Os cinco artigos foram depois reunidos e publicados no livro *Eichmann em Jerusalém* – um relato sobre a banalidade do mal (Arendt, 1999). As idéias contidas nessa obra certamente já estavam presentes em *As origens do totalitarismo* – anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo (Arendt, 1989).

em Hannah Arendt – como mostram estudiosos desta pensadora, em trabalhos recentes, como Francisco Ortega (2000), no Brasil, e Julia Kristeva (2002), na França. A leitura de Arendt, a meu ver, oferece-se como combustível para rever os estudos de recepção, no seguinte sentido: nossos atos são sempre políticos, não há um só lugar privilegiado do político, o agir humano se caracteriza pela ligação dos homens, através do discurso e da ação. E agir, como escreve Ortega sobre a pensadora, “é começar, experimentar, criar algo novo”, entendendo que “o espaço público entre os homens pode surgir em qualquer lugar” (Ortega, 2000, p. 23). Grupos de discussão, grupos de recepção à mídia, atividades planejadas de escuta do outro sobre o que o mundo midiático lhe oferece, criações coletivas surgidas do universo das mídias – todas essas modalidades de trabalho investigativo em comunicação podem transformar-se em exercício do político, em experimento de novas formas de sociabilidade, de comunidade, alternativa aos modos usuais de relacionamento.

“A teoria política de Hannah Arendt representa uma tentativa de pensar o acontecimento, de afrontar a contingência, de romper e inaugurar, de recusar as imagens e metáforas tradicionais oferecidas para imaginar o político e uma vontade de agir, de transgredir e superar os limites” (Ortega, 2000, p. 24).

Arendt considera a ação e o discurso simultaneamente como manifestação de igualdade e de distinção, de pluralidade e de singularidade. É na fala e na ação, na expressão de si, que os sujeitos se distinguem e ao mesmo tempo estão, cada um, diante do outro. Não se trata de algo dado, mas de algo a se fazer, nos espaços públicos. De certa forma, como aponta Ortega, é esse também o sentido de liberdade em Michel Foucault: nossas identidades e subjetividades formam-se nos espaços públicos, acontecem no mundo. E nossas lutas também acontecem aí, justamente contra determinadas formas de subjetivação que acabam por tolher singularidades, produzindo Eichmanns formatados por clichês, impossibilitados de falar a própria língua, amarrados ao medo da liberdade.

Em outras palavras: trago para o debate a contribuição da filosofia arendtiana e dos ensaios de Sontag, para propor a inclusão dessas bases na formulação de nossos estudos de mídia, das propostas metodológicas de estudos de recepção, por entender que elas reforçam e talvez até ampliem outras formulações já conhecidas, como as de Barbero e Orozco, para citar apenas alguns. Vejamos. Guillermo Orozco (2001) nos convoca a pensar sobre a presença de protagonista que a TV assume, como base do lazer e

da formação de modos de existência, informação e consumo para grandes parcelas das populações de países como o Brasil, Colômbia, México e tantos outros, especialmente do Terceiro Mundo; também sugere que se pense sobre a tensão que se coloca, a partir de tal fato, entre esse protagonismo televisivo e os novos tipos de interlocução dos sujeitos consigo mesmos e com a cultura aí criados, entre essa força e presença midiática e as interações e negociações possíveis nessa prática social. Penso que a mediação – como “processo estruturante que configura e orienta a interação das audiências e cujo resultado é outorgar sentido por parte destas aos referentes midiáticos com que interagem” (Orozco, 2001, p. 23) – talvez possa ser discutida em toda a sua complexidade tendo como inspiração esse amplo espaço, sugerido por Arendt e Sontag, que se estende desde a atitude de entrega ao clichê, à mesmice, à repetição do mesmo, ou seja, à ausência do pensamento, até a atitude de entrega ao inesperado do agir humano, do risco e da dúvida, como propulsores da criação, da escuta desarmada (mas não irresponsável ou leviana) do outro.

Orozco inclusive chama a atenção para as escutas e registros das fragmentadas e efêmeras expressões das audiências, que diante da TV ora experimentam uma busca nem sempre satisfeita de prazer, ora se embriagam de imagens e ficções, meteoricamente gratificadas por algum consolo de ordem emocional, ora criticam, até acidamente, o que vêem. Mas, segundo o autor, o fato é que tais “televídências” parecem implodir e espalhar-se no infinito, com “altas doses de reação frente a referentes televisivos sobre os quais nunca decidiram” (Orozco, 2001, p. 27, trad. minha).

Ora, entendo que essas e tantas outras observações do autor remetem para, talvez, uma outra possibilidade de investimento quanto aos estudos de recepção – abrir-se, como pesquisador, justamente a esses entre-lugares, a esses enunciados nem sempre tão claros, tão racionais, tão bem explícitos e tão lógicos, a esses fragmentos que parecem estar presentes mesmo em situações cuidadosamente planejadas de investigação. Defendo que se imagine a possibilidade de incluir nos estudos de recepção a atitude de abertura ao inesperado, como escolha política, como opção de abrir espaço, na academia, na pesquisa científica, especialmente nos estudos que buscam ouvir, ver, escutar, provocar grupos, sujeitos, pessoas como nós, imersas no fluxo interminável, contínuo, das imagens midiáticas.

Isso está claramente de acordo com o que vimos discutindo desde o início do texto, quanto a uma busca de articulação entre a análise do discurso da mídia, a imersão em escutas diversificadas dos inumeráveis modos e exercícios de ver e, nomeando os perigos, as vicissitudes e as

esperanças deste presente, a articulação básica com os temas e as discussões teóricas, filosóficas, a respeito da cultura contemporânea. É assim que, como sublinha Orozco, estaremos falando em nossos estudos de “sujeitos-audiência” que não nasceram como tal, se fizeram e se fazem no interior de um conjunto muito complexo de práticas, práticas institucionais ligadas ao modo como existem e atuam as grandes redes de comunicação, por exemplo, práticas ligadas às formas de vida das famílias e grupos, nas suas mais distintas configurações, práticas de desenvolvimento acelerado das tecnologias digitais, de informação e comunicação, práticas de mediação televisiva, dada pelos hábitos adquiridos pelos públicos diante de gêneros narrativos específicos, dentre tantas outras trocas; práticas, enfim, relacionadas à experiência com uma linguagem específica, no caso, a linguagem televisiva. Beatriz Sarlo, autora de livros indispensáveis à discussão aqui empreendida – como *Paisagens imaginárias* e *Cenas da vida pós-moderna* – sintetiza todas essas práticas numa palavra: a prática da “televisibilidade” (Sarlo, 1997a), em que se cruzam características desse complexo modo de existir que criamos, diante de uma certa inexorabilidade da vida diante da TV².

Finalmente, neste esforço por trazer estudos de filosofia da cultura e da política para o campo da comunicação, incluo, entre os pensadores que inspiram a proposta aqui discutida, o crítico esloveno Slavoj Žižek e seu mais recente livro traduzido no Brasil, *Bem-vindo ao deserto do real*. A propósito dos acontecimentos relacionados às explosões do World Trade Center, em Nova York, em setembro de 2001, Žižek recorre especialmente a Lacan e nos mostra o quanto as imagens do horror, repetidas à exaustão, para muitos, milhares, milhões de nós, em virtude do modo como eram exibidas e enquadradas, não poderiam deixar de ser vistas como mais um filme-catástrofe, de modo a pensar que, de fato, “a realidade é a melhor aparência de si mesma” (Žižek, 2003, p. 25). Para os próprios agentes (“terroristas”), importava muito mais o espetáculo, do que o dano material real. Aprendíamos, ali, que também os *reality shows* não são reais para valer, embora assim se apresentem. Nossa “paixão pelo Real”, escreve o autor, através de uma “teia de semblantes”, culmina hoje, nas telas da TV, em efeitos digitais, em cotidianos e corpos expostos e confinados diante de dezenas de câmeras, 24 horas por dia, em práticas bizarras de mulheres e homens que usam lâminas para ferir-se e desse modo, pelo sangue que escorre e pela dor que dói, afirmarem a própria realidade (Cfe. Žižek, 2003, p. 5-7).

² A propósito do conceito de televisibilidade em Sarlo, ver o capítulo “As imagens e nosso olhar atento: com que linguagem opera a TV”, in: FISCHER, 2003.

Seguindo Lacan, Slavoj Žižek mostra que é preciso questionar, pensar de outro modo a idéia tornada quase lugar comum de que nós todos – mas de modo especial crianças e adolescentes, no caso de sua experiência com a TV – precisamos aprender a não tomar a ficção por realidade, precisamos desvendar o universo imaginário que para nós é construído, muitas vezes sem nossa “autorização”. Psicanaliticamente, trata-se antes de não tomar a realidade por ficção. Escreve Žižek:

“ (...) é preciso ter a capacidade de discernir, naquilo que percebemos como ficção, o núcleo duro do Real que só temos condições de suportar se o transformarmos em ficção. Resumindo, é necessário ter a capacidade de distinguir qual parte da realidade é ‘transfuncionalizada’ pela fantasia, de forma que, apesar de ser parte da realidade, seja percebida num modo ficcional. Muito mais difícil do que denunciar ou desmascarar como ficção (o que parece ser) a realidade é reconhecer a parte da ficção na realidade ‘real’ ” (Žižek, 2003, p. 34).

Esse trabalho de lidar com ficção e realidade, entendendo as duas dimensões desse modo complexo e não como dualidades opostas, unidades encerradas em si mesmas, proposto por Žižek, pode orientar com amplas possibilidades criativas nossas leituras dos produtos da mídia, bem como nossas intervenções com grupos de recepção. Explico-me: as perguntas a fazer, tanto em direção aos sujeitos como aos artefatos da mídia, talvez pudessem incluir uma discussão mais aprofundada do que entendemos por real, espetáculo, fantasia, vida cotidiana e, nesse conjunto, de que modo se insere a experiência diária com os meios de comunicação. Se nossa paixão pelo real é o que, segundo Žižek, impulsiona toda e qualquer formação imaginária (e os programas de TV se fazem plenamente delas), é bem verdade que tais formações existem exatamente para recobrir tudo o que em nossa vida nos é doloroso e impossível de compreender, como a perda de alguém querido, como a certeza de nossa própria morte, etc.

Ora, as produções culturais midiáticas sobrevivem desses temores e portanto dessas mesmas formações imaginárias. E, como escreve Maria Rita Kehl, no momento em que “o campo simbólico parece estar tão perfeitamente recoberto pelo imaginário (...) nenhuma mudança substancial parece possível” (Kehl, 2004, p. 12). Algumas das considerações feitas até aqui servirão para apresentar, a seguir, um brevíssimo relato de resultados parciais de uma pesquisa de recepção com jovens de 15 a 25 anos, de cinco grupos de estudantes, em Porto Alegre, realizada em 2003.]

Breve mostras de uma televisibilidade jovem

Vidas vividas e vidas narradas (no caso, narradas no espaço midiático) parecem mesmo estar em íntima relação. “Real” e “ficção” confundem-se incessantemente. Os códigos sociais e culturais, visíveis e vividos no interior dos diferentes espaços sociais – inclusive e especialmente os espaços dos meios de comunicação – constituem, pautam, normalizam e normatizam não só a própria criação, a elaboração das narrativas, como ainda o modo pelo qual elas são lidas, percebidas, recebidas, como foi possível registrar nos vários encontros realizados, que tiveram a finalidade de fazer a escuta de estudantes, jovens de 15 a 25 anos, a partir da exibição de programas endereçados a esse público³.

As discussões, todas gravadas em vídeo, propiciaram aos estudantes (e igualmente à equipe da pesquisa) um momento singular, de exposição das regras do jogo da mídia e de múltiplas possibilidades de entendimento das imagens, textos e sons veiculados. Em toda pesquisa, efetivamente, o que fez a diferença foram os debates ocorridos. Ali, foi possível mostrar para o grupo o que pensamos, o que nos constrange, aquilo pelo qual somos julgados no meio social – tudo isso está em jogo na mídia, de tal forma que se poderia dizer que haveria uma homologia entre a lógica da publicidade, do mercado, dos meios de comunicação e das próprias práticas dos adolescentes e jovens pesquisados.

O movimento que acontecia, entre a exibição do vídeo e a referência às estratégias de linguagem da TV, entre o questionamento proposto pela equipe de pesquisa e os comentários feitos pelos jovens, trouxe à tona, em todos os encontros, vidas que se fazem da imagem, dos modos de visibilidade social, das práticas de “autenticidade privada”, de que fala Zizek. Meninos e meninas de 15 e 16 anos, de escola particular, juraram não discriminar os que não têm dinheiro, após assistir a uma reportagem do telejornal *Hoje*⁴ sobre questões envolvendo os *teens* e sua relação com o consumo. Mas acabaram por confirmar a lógica maior: no ambiente deles, não usar um tênis de marca mostra-se como uma porta

³ Foram selecionados cinco grupos de recepção, todos em Porto Alegre (RS): alunos de Ensino Médio de uma escola particular e de uma escola pública estadual; alunos de uma escola destinada à educação de trabalhadores, jovens e adultos não escolarizados no tempo normal; calouros do curso de Comunicação e alunos do quarto semestre do curso de Pedagogia ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Cada encontro (21 ao todo em 2003) teve uma variação de 04 a 16 participantes, com sessões de em média 90 minutos. com exibição de trechos dos programas, no início dos trabalhos. Cabe ressaltar que foram inicialmente gravados vários programas e comerciais de TV destinados ao público jovem ou que a ele fizessem referência, da Rede Globo, da Record e da MTV, num total aproximado de 30 produtos, cada um em no mínimo três edições. Foram escolhidos os programas *Malhação* – da Globo, *Tome Conta do Brasil* – da MTV) a telenovela *Mulheres Apaixonadas*, os telejornais *Hoje* e *Jornal Nacional*, *Big Brother Brasil*, a mini-série *Cidade dos Homens* – todos da Rede Globo, além de comerciais de refrigerantes, em função das temáticas que se desejava debater e dos índices de audiência respectivos.

⁴ Telejornal veiculado diariamente, a partir das 13 horas, pela Rede Globo.

aberta para a exclusão, no mínimo para o olhar diminuidor do outro. Um dos adolescentes brincou com a própria convicção de que, não atendendo às regras de consumo e de imagem, certamente se arriscaria a ouvir uma frase como esta: “Cara, esse teu tênis é de camelô...”.

Essa mesma turma de alunos viu-se cair seguidas vezes em contradição quanto à abertura confessada por todos, em relação aos “diferentes”, mas não puderam deixar de lembrar o massacre geral em relação aos que, na escola, por alguma razão saiam da norma, mostram-se estranhos nas escolhas de roupa, cor de cabelo, jeito de falar e andar. Também mostraram-se críticos à mãe que, na novela *Mulheres Apaixonadas*, discriminava a relação homossexual da filha com a colega: “Bah, cara, já pensou? Meu filho chegar em casa e dizer pra mim que tá apaixonado por um cara? Não dá!”. Obviamente, o mesmo tema da relação homossexual conduziu a outros caminhos, numa turma de alunos de uma escola de educação de jovens e adultos, de condição pouco privilegiada, a maioria deles pobres, moradores de rua, trabalhadores, homens e mulheres atrasados nos estudos. Ali, um jovem saiu por completo da novela e mergulhou em sua história pessoal, que incluía irmãos e primos homossexuais, em situação de miserável prostituição. De qualquer forma, em ambientes tão díspares, estava plantada a discriminação e o desejo de não ser jamais “anormal”.

Sem terem sido leitores de Foucault, os calouros de Comunicação Social mostraram o quanto o filósofo estava correto quando afirmou o caráter complexo do dispositivo da sexualidade (Foucault, 1992), que funcionaria não como controle-repressão, mas como controle-estimulação: incita-se a falar, a mostrar, a ver, a respirar corpos nus e sexualidade, a todo o momento; mas isso vem acompanhado de uma série de normas, que vão se alterando conforme as resistências, os movimentos e conquistas sociais, de homens e mulheres, adultos e jovens. Em *Malhação*, dizem os jovens, “incentivam e cobram isso de ti ao mesmo tempo, sabe?” (...) “Colocam um pai falando com a filha [dizendo] que é uma responsabilidade enorme [transar], que não sei o quê... A pessoa, assim, o jovem fica pressionado. Se ela levava aquilo naturalmente, mesmo que não comentasse com os pais (...), aí, vendo aquilo, fica [pensando]: ‘Bah, mas eu tenho que falar com o meu pai! Tipo: ele *deve* saber’”. No debate, o grupo conclui que está em jogo um outro dispositivo, o dispositivo pedagógico da mídia, pelo qual há que se construir esse lugar como um lugar predominantemente educativo⁵. A observação de um dos estudantes vai direto ao ponto: para ele, criar uma cena como essa de *Malhação*, da

⁵ Ver: FISCHER (2000, 2002, 2003).

menina pedindo licença ao pai para ter sua primeira relação sexual, “é pra Globo dar uma de boa moça, pras mães não pegarem e ficarem dizendo – ‘meu filho tá vendo porcaria’ (...). Mas pra mim isso é uma enganação”.

Numa discussão acionada pela exibição de uma edição do programa *Tome Conta do Brasil*, apresentado por Cazé, da MTV, no período eleitoral de 2003, os estudantes do primeiro semestre de Comunicação comentam: “Neguinho quer ver escândalo”, diz um dos participantes; outro complementa: “Tu espera que a televisão mostre isso”. Eles se dão conta de que estão imersos nesse desejo do espetáculo (das torres explodindo, diria Zizek): [nós aprendemos que] “o Estado é fraco e [que] isso é consequência dos políticos serem corruptos”. Nesse momento, acabam por admitir. “Parece que isso [político é corrupto] tá enraizado na gente” – lamenta um dos alunos.

Já a mini-série *Cidade dos Homens*⁶ permitiu que os adolescentes da escola particular debatessem o sentimento de impotência diante da miséria e da pobreza, o quanto estão alimentados de medo em relação a esse outro que – eles têm consciência – até “pagam mais caro que nós pra ter as mesmas coisas que a gente consegue. (...) “Lá [nas vilas pobres da cidade] eles têm que batalhar pra conseguir comer e aqui [referindo-se a eles, de classe média] o cara ganha de graça, o cara passa quase o resto da vida comendo de graça...”. Lembram que as pessoas estranham existir um médico negro, um juiz negro, porque negros em geral são pobres e não cursam universidade, e um deles conclui, um tanto conformista: “quando todo o mundo trabalhar no mesmo plano, quando tudo tiver igual, a gente vai conseguir olhar igual [para essas pessoas]. Agora não dá!”. O debate encaminhou-se para pensar o medo e a violência, e o papel da mídia nesse quadro: “Hoje em dia tu desconfia de qualquer um que tu não conhece”; “quando tu abre a folha de um jornal, tu vê assim, ah, um roubo sensacional, um seqüestro sensacional. Aí o cara que lê [pensa]: ‘pô, o cara conseguiu sair no jornal, eu não vou conseguir sair no jornal...’ ”.

Conclusões

Reunindo o que aqui foi apanhado, de Sontag, Arendt e Zizek, penso que os três autores partilham de um mesmo desejo, de uma semelhante inquietação: a cultura da imagem, a chamada sociedade da informação e do conhecimento, a experiência do global e do virtual, ao mesmo tempo que sugere uma quase infinita possibilidade de abertura ao outro, a universos planetários, diferenças e pluralidades libertárias, é uma realidade que faz antes o elogio da liberdade privada, de fórmulas de

⁶ Utilizamos com os grupos de recepção o primeiro conjunto de quatro programas da mini-série, veiculado pela Rede Globo de 15 a 18 de outubro de 2002, que tem como personagens principais os meninos Laranjinha e Acerola.

autenticidade, como escreve Zizek, plenamente instrumentais e objetificadas, e fortemente movimentadas através da indústria cultural). Saídas? Há que se cultivar, inventar uma nova coletividade, para além da exposição bizarra e grotesca em programas confessionais e “reais” de TV (Zizek, 2003, p. 104-105). A invenção de novas coletividades, hoje, penso que requer, no âmbito da academia, uma opção por investigações que se comprometam com a abertura à escuta de sujeitos e grupos a partir dos quais e na relação com os quais se possa propor olhar à nossa volta, a atentar para o desaparecimento de nossa própria subjetividade, uma vez que esta tem é se transformado “num capricho fútil, enquanto a realidade social continua seu curso” (idem, p. 105).

Referências bibliográficas:

- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
- ARENDDT, Hannah. *As origens do totalitarismo – anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- ARENDDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém – um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. Problematizações sobre o exercício de ver: mídia e pesquisa em educação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 20, p. 83-94, maio/jun./jul./ago. 2002.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. ‘Técnicas de si’ na TV: a mídia se faz pedagógica. *Educação UNISINOS*, São Leopoldo (RS), v. 4, n. 7, p. 111-139, jul./dez. 2000.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. *Televisão & educação: fruir e pensar a TV*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- KEHL, Maria Rita. Os excessos do imaginário. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 18 jan. 2004. Caderno Mais!, p. 12.
- KRISTEVA, Julia. *O gênio feminino*. A vida, a loucura, as palavras. Tomo I – Hannah Arendt. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.
- OROZCO, Guillermo. *Televisión, audiências y educación*. Bogotá: Norma, 2001.
- ORTEGA, Francisco. *Para uma política da amizade*. Arendt, Derrida, Foucault. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.
- SARLO, Beatriz. *Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e videocultura na Argentina*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997a.
- SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias*. São Paulo: EDUSP, 1997b.
- SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- ZIZEK, Slavoj. *Bem-vindos ao deserto do real!*. São Paulo: Boitempo, 2003.